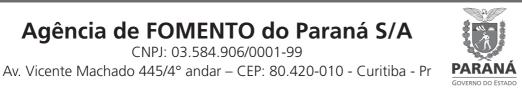


Agência de FOMENTO do Paraná S/A

CNPJ: 03.584.906/0001-99









RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Agência de FOMENTO do Paraná S.A. é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. Foi criada em 1997 pela Lei Estadual nº 11.741 e tem como principal acionista o Estado do Paraná. Foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 08/11/1999 através do documento DEORF/DIFIN-99/239

Para o cumprimento de sua missão, que consiste em "promover o desenvolvimento econômico e social no Estado do Paraná, através de apoio técnico e financeiro a iniciativas compatíveis com as estratégias do

• Intermediação financeira de produtos adequados às demandas de desenvolvimento econômico e social;

Gestão de fundos de financiamento específicos para o desenvolvimento do Estado;
 Execução de programas de financiamento de caráter especial de responsabilidade do Estado

 Disponibilização de financiamentos com recursos próprios em programas destinados a segmentos específicos identificados pela AFPR como demandadores de crédito de fomento, associados a projetos do

AMBIENTE ECONÔMICO

Em 2010 a economia americana de forma lenta iniciou seu processo de recuperação, devido ao movimento de desalavancagem das famílias, o que proporcionou redução no pagamento de juros, supondo estabilidade no grau de endividamento, com aumento na taxa de poupanca e renda. No guesito emprego, há uma tendência para a criação de novas vagas, devido ao índice de produtividade dos trabalhadores americanos ter atingido o seu auge. No período de janeiro a novembro de 2010 o crescimento foi tímido, tendo sido criadas somente 1,2 milhão de novas vagas de emprego no setor privado.

A União Européia (UE) no exercício de 2010, em especial no segundo semestre apresentou uma leve recuperação, impulsionada pelas economias britânica e alemã. O PIB também apresentou crescimento na Finlândia e na República Tcheca, embora na Grécia, Romênia e Holanda a queda tenha sido significativa. As expectativas para 2011 são otimistas, pois os países membros da LIE firmaram um acordo estabelecendo dez prioridades para a recuperação econômica e entre elas se destacam a reincorporação ao trabalho da população desempregada, a reforma da previdência, o controle da dívida pública e o aproveitamento pleno da integração econômica européia.

A China apresentou crescimento econômico maior que o esperado, atingindo 10,3% em 2010 ante a 9,2% registrado em 2009. Esse resultado leva o país a permanecer como a segunda maior economia do mundo à

A economia brasileira apresentou forte crescimento, bateu recorde na criação de empregos com 2,52 milhões de novas vagas, o fluxo de investimentos externos diretos segundo a consultoria britânica Economist Intelligence Unit, teve um acréscimo em 2010 de 43% guando comparado aos dados de 2009. Este resultado trouxe conseqüências como o aumento da inflação, que fechou o período 1,4% acima do centro da meta de 4,5% ao ano, apesar das intervenções na taxa de juros realizadas pelo Banco Central do

Brasil e outras medidas que visaram reduzir a entrada de capital no país. Este crescimento é reflexo das medidas de estímulo tomadas pelo Governo brasileiro juntamente com o Banco Central aliadas ao crescimento mundial em especial nas nações em desenvolvimento, como Brasil,

China e Índia O Brasil, nos 3 primeiros trimestres de 2010, registrou crescimento 7,54% do PIB segundo dados do Banco Central do Brasil. A atividade industrial comemora o bom desempenho no mesmo período, com crescimento acumulado de dois dígitos na casa de 12.28%.

O Paraná também apresentou crescimento no índice de produção industrial acumulado no período com uma taxa de 15,6% acumulada até novembro, ficando acima da média nacional de 11,1%, segundo o IBGE. O comércio vareiista apresentou variação positiva de 9.8% no volume de vendas no período até novembro ficando um pouco abaixo do crescimento nacional na casa de 11% registrado no mesmo período. Na agricultura o Paraná retoma a posição de maior produtor nacional de grãos superando em 2,3 pontos percentuais o estado do Mato Grosso e, participando com 21.6% do total da produção nacional Neste contexto, a Agência de FOMENTO do Paraná, como instituição financeira alinhada ao Plano de

Desenvolvimento do Estado, vem apoiando projetos de infraestrutura, educação, agricultura para que o Estado do Paraná se desenvolvam de forma sustentável.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

No exercício de 2010 a AFPR registrou Lucro Líquido de R\$ 67.499 mil, o que representa retração de 17,66% em relação ao exercício anterior (R\$ 81.979 mil em 2009), reflexo, principalmente, da redução do benefício fiscal do crédito dos juros do capital próprio – JCP imputados aos dividendos, em observância ao artigo 48 do Estatuto Social, alterado em 07/04/2010, que fixa o dividendo mínimo obrigatório destinado aos acionistas em 35% do lucro líquido, o qual poderá ser pago na forma de JCP. A limitação do pagamento dos dividendos visa à capitalização da Agência, na forma de retenção de lucros pelas reservas.

O Patrimônio Líquido teve um incremento de 19,11% proveniente da capitalização de R\$ 150 milhões pelo acionista majoritário Estado do Paraná, bem como pelo resultado do exercício de 2010 incorporado na forma de reservas de lucros, no montante de R\$ 45.055 mil (R\$ 23.684 mil em 2009).

As receitas da intermediação financeira tiveram um acréscimo no ano de 2010 de 5,13% em comparação ao exercício anterior, as quais são compostas pelas rendas de operações de crédito e pelo resultado das aplicações financeiras, que apresentaram retração de 2,69% e acréscimo de 17,39% respectivamente.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS Na Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná - PDE fixada pelo Governo do Estado no segundo semestre de 2007, que serviu de orientação para a elaboração do Plano Plurianual – PPA de Invest para o período 2008-2011, o papel da AFPR é destacado como fornecedora de recursos para crédito, reconhecendo que não existe desenvolvimento sem o mesmo, pois ele viabiliza projetos de investimentos públicos e privados que geram os efeitos multiplicadores de longo prazo.

esse contexto, e em sintonia com outros órgãos do Governo do Estado, a AFPR desenvolveu uma série de linhas de crédito para atender aos programas governamentais e outros de iniciativa própria, visando especialmente concentrar seus esforços em ações que reduzam as disparidades regionais, atendendo as regiões socialmente críticas respeitando as características econômicas locais. Exemplo desse esforço é a disponibilização de financiamentos para os produtores da agricultura familiar e para micro e pequenas empresas. Por outro lado, reconhece a necessidade de apoiar empreendimentos de cunho tecnológico e aquelas que investem em inovação que tenham condições de alavancar a economia do Estado, financiando empresas abrigadas em incubadoras e que participam de programas de inovação administrados por parceiros. A AFPR também participa como membro da Comissão de Financiamento do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - CODESUL, cujo objetivo é a identificação de fontes de recursos, a implementação de programas integrados comuns de financiamento ao desenvolvimento regional e a convergência institucional do crédito ao desenvolvimento no âmbito da região Sul e Mato Grosso do Sul.

PROGRAMAS DE CRÉDITO

Como instituição de fomento, a Agência prioriza o atendimento aos microempreendimentos formais e informais operando mediante financiamento a investimentos, sob a denominação de Banco Social, ainda implementou medidas operacionais para atendimento às empresas e agricultores através do repasse de recursos do sistema BNDES, buscando um modelo de sustentabilidade financeira e institucional que permita o cumprimento de sua missão e, ao mesmo tempo, viabilize o acesso dos interessados ao financiamento

I) Microcrédito – Programa Banco Social Criado com a finalidade de apoiar microempreendedores formais ou informais excluídos do sistema tradicional de acesso ao crédito, o programa representa importante instrumento para a geração de trabalho e renda no Estado, tendo liberado desde 2001 mais de R\$ 125 milhões através de mais de 33 mil contratos, beneficiando empreendedores localizados em 353 dos 399 Municípios do Paraná. As operações de financiamento, que até o terceiro trimestre de 2009 estavam focadas nas regiões que apresentam baixos índices de Desenvolvimento Humano (IDH), passaram a abranger, ainda em 2009, todas as regiões do

a) Sistema de Financiamento aos Municípios – SFM Destinados à promoção do desenvolvimento urbano, serviços básicos e bens públicos necessários à modernização da estrutura dos Municípios. O programa é operacionalizado em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e o Paranacidade tendo atendido, desde 2002, a 346 municípios, aprovando mais de R\$ 1,087 bilhões através de 2015 contratos, tendo liberado R\$ 824 milhões até

do Paraná - PROMAP istituído em majo de 2006, o PROMAP tem como objetivo financiar a renovação e expansão do parque de máquinas e equipamentos rodoviários dos municípios, tendo sido destacados até dezembro de 2010 R\$ 133 milhões. É também operacionalizado mediante termo de cooperação técnico-operacional firmado com a

III) Programa de Financiamento às Empresas Incubadas - FINTEC Lançado em maio de 2008, o programa tem como objetivo apoiar os empreendimentos que se desenvolvem no âmbito das 20 incubadoras tecnológicas participantes da Rede Paranaense de Incubadoras Tecnológicas

Contando com recursos da AFPR e do BNDES, o programa também tem como característica a equalização da taxa de juros (a partir de recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE) para as empresas que mantiverem a quantidade de empregos, podendo obter redução em 5 pontos percentuais ao ano na taxa de

V) Repasses de Recursos do BNDES

2010

2009

operacional e financeira com parceiros do sistema. Em setembro foi firmado termo de cooperação com o BRDE para compartilhar operações, visando atender com repasse de financiamentos do BNDES Automático e FINAME as micro e pequenas empresas do Paraná. Estão sendo estudadas novas ações para incrementar o uso de recursos no âmbito dos diversos programas do BNDES.

VI) Financiamento à Agricultura Familiar e Pequenos Produtores Rurais A Agência de FOMENTO é parceira da Secretaria de Estado da Agricultura - SEAB e da EMATER na implementação de programas de apoio à agricultura familiar e aos pequenos produtores rurais, estruturando mecanismos financeiros que viabilizam a segurança para os tomadores de crédito e reduzam os custos, a exemplo do fundo que avaliza os financiamentos que os produtores captam junto às instituições financeiras no mercado, a garantia de equivalência-produto no pagamento das prestações e a equalização de taxas de juros. E, nos casos em que recursos tradicionais como os do PRONAF não atendam as necessidades dos agricultores, a AFPR aloca recursos próprios para financiamento, como é o caso do Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários Iançado no segundo semestre de 2007. Dentro do mesmo objetivo, a AFPR desenvolveu, uma linha de crédito denominada Programa de Financiamento à Irrigação Noturna - PIN, que tem como benefício a concessão de subvenção econômica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, conforme autorizado pelo Decreto Estadual nº 2044/2008, sob a modalidade da equalização da taxa de juros de financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil para atender ao referido Programa.

VII) Programa de Apoio a Cooperativas de Crédito - PROCRED

Desenvolvido no primeiro semestre de 2009 para disponibilizar financiamentos a taxas competitivas aos cooperados de cooperativas de crédito, mediante a modalidade de Segundo Piso - empréstimo às cooperativas para repasse aos tomadores finais, com limitação de spread –, o programa teve seu primeiro financiamento liberado no último trimestre de 2009, ocorrendo as primeiras amortizações no primeiro

VIII) Programa de Financiamento à Inovação

Destina-se às empresas participantes do Programa Agentes Locais de Inovação- ALI da Fundação Araucária/ Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Sebrae PR, financiando investimentos em inovação. ediante oferta de linha de crédito em condições adequadas ao tipo de aplicação.

IX) Outras Operações com Recursos Próprios Além dos programas de financiamentos citados, a AFPR deverá alocar recursos em outros programas relacionados à sua missão e sempre de acordo com suas diretrizes estratégicas, respeitando a condição de

sustentabilidade financeira exigida de uma instituição participante do sistema financeiro nacional GESTÃO DE FUNDOS E COBRANÇA DE ATIVOS Além da atividade de instituição financeira estruturando e operando financiamentos, a AFPR realiza a gestão

operacional e financeira de Fundo de Aval Rural, Fundo de Desenvolvimento Econômico e a atividade de cobranca da carteira de Ativos pertencentes ao Estado do Paraná.

I) Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná À AFPR é gestora do Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná, concebido pelo Governo

do Paraná para concessão de garantias complementares, necessárias à contratação de financiamentos a produtores rurais que não dispõem de bens suficientes para assegurar empréstimos junto à rede bancária conveniada. Atualmente a instituição parceira é o Banco do Brasil. II) Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE

Fundo destinado a apoiar o desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Paraná mediante apoio financeiro às empresas. Na AFPR o fundo é utilizado para concessão de subvenção econômica: ao Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários e Programa Bom Emprego Pequena Empresa, nas iodalidades de equivalência produtos e equalização de taxas de juros, respectiv

III) Cobrança de Ativos e Bens A Agência efetua também a cobranca da carteira de contratos e bens pertencentes ao Estado do Paraná. denominados "Ativos do Estado", originários da operação de venda do Banco do Estado do Paraná S.A.,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Curitiba, 31 de dezembro de 2010.

Com o estabelecimento da Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná – PDE o papel da AFPR como instrumento de desenvolvimento do Estado está claramente delineado, devendo suas acões serem pautadas nessas definições. A formulação da visão da AFPR no contexto estratégico de "Promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, através de apoio técnico e financeiro a iniciativas compatíveis com as estratégias do Governo", confirma esse alinhamento com as diretrizes de governo. As ações desenvolvidas no ano de 2010 pela AFPR e registradas no presente Relatório de Administração, demonstram a busca de um harmonioso diálogo entre o papel estratégico definido e as ações empreendidas no período. Cabe ainda o destaque da execução dessas ações de forma conjunta com as demais instituições públicas do Estado, buscando a unidade governamental e a implementação de suas prioridades, como a atuação nas regiões com menores índices de desenvolvimento, na observação de uma destacada perspectiva social, aspecto prioritário e relevante da Gestão Estadual.

Δ DIRETORIA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	2010		2009	
	2° Semestre	Exercício	Exercício	
Receitas da Intermediação Financeira	63.494	120.363	114.490	
Operações de Crédito	34.088	68.006	69.887	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	29.406	52.357	44.603	
Despesas da Intermediação Financeira	(542)	(448)	(827)	
Operações de Empréstimos e Repasses	(26)	(61)	(115)	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 03d,				
05c e 05d)	(516)	(387)	(712)	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	62.952	119.915	113.663	
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(16.289)	(26.510)	(20.997)	
Despesas de Pessoal	(4.183)	(7.865)	(7.146)	
Outras Despesas Administrativas	(6.951)	(10.249)	(10.232)	
Despesas Tributárias	(2.980)	(5.652)	(5.381)	
Outras Receitas Operacionais	868	1.774	3.725	
Outras Despesas Operacionais	(3.043)	(4.518)	(1.963)	
Resultado Operacional	46.663	93.405	92.666	
Resultado não Operacional	(6)	(6)	-	
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	46.657	93.399	92.666	
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 03i)	(13.229)	(25.566)	(10.370)	
Provisão para Imposto de Renda	(9.706)	(18.760)	(7.557)	
Provisão para Contribuição Social	(3.523)	(6.806)	(2.813)	
Participações Estatutárias no Lucro	(334)	(334)	(317)	
Lucro Líquido	33.094	67.499	81.979	
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 09c)	(11.004)	(22.444)	(58.166)	
Número de Ações:	1.095.551	1.095.551	835.551	
Lucro Líquido por Ação do Capital Social - (Em R\$)	30,21	61,61	98,11	
As notas explicativas são parte integrante das o	demonstrações fi	nanceiras		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota 01 - Contexto Operacional

A Agência de FOMENTO do Paraná S.A. é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, criada pela Lei Estadual nº 11.741 de 19/06/97, alterada pelas Leis Estaduais nº 12.401 de 30/12/98 e nº 12.419 de 13/01/99. É regida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 2.828 de 30/03/2001, alterada pelas Resoluções 3.706/09, 3.757/09 e 3.834/10. O objeto social é apojar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná e a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associado a projetos no Estado, podendo praticar operações de repasse de recursos captados no País e no exterior originários de:

I. Fundos constitucionais; II. Orçamentos estadual e municipal;

III. Organismos e instituições nacionais e internacionais de desenvolvimento.

Também faz parte do obieto social a prestação de garantias, prestação de serviços de consultoria, bem como exercer o papel de agente financeiro e administrador de fundos de desenvolvimento. Nota 02 – Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil

das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e quando aplicável, as normas e instruções do das institutições do Sisteria irritariceiro ixacioria – COSIF, e quando aplicavei, as normas e instituções do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras utilizam a nomenclatura e a classificação padronizadas pelo COSIF e determinadas pelo Banco Central do Brasil.

Houve a reclassificação no fluxo de caixa em relação ao ano anterior, no item Caixa e Equivalentes de caixa, que em 2009 considerava apenas as disponibilidades em Moeda Nacional e em 2010 estão sendo

consideradas as aplicações em Cotas de Fundo de Investimento que possuem resgate em até 90 dias, conforme demonstrado na Nota 04b. Conseqüentemente a apresentação de tal item, conforme divulgado naquele exercício, está sendo adaptada a fim de manter a comparabilidade dos fluxos.

Está sendo divulgada de forma complementar a Demonstração de Valor Adicionado – DVA, instituída pela Lei 11.638/07 e ainda não regulamentada pelo BACEN. A qual visa permitir análises adicionais sobre as demonstrações financeiras apresentadas.

Nota 03 - Principais Práticas Contábeis Adotadas As operações foram contabilizadas em observância às práticas consubstanciadas no COSIF, dentre as quais

a) Apuração do Resultado:

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério pró-rata" dia para as de natureza financeira.

b) Títulos e Valores Mobiliários:

A carteira própria está composta de títulos de renda fixa, os quais são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço em contrapartida ao resultado do período. Em cumprimento ao estabelecido no art. 1º da Resolução nº 3.834, de 28/01/10, do CMN a AFPR passou a aplicar suas disponibilidades de caixa, em cotas de fundos de investimentos, formada exclusivamente por títulos públicos federais, para tanto, constituiu Fundo Exclusivo, sob gestão do Banco do Brasil e Caixa

Econômica Federal, os quais foram consolidados nessas demonstrações financeiras, conforme demonstrado Às Agências de Fomento não se aplicam os critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores

mobiliários dispostos na Circular nº 3.068/2001 do BACEN, os quais também foram instituídos pela Lei

c) Operações de Crédito:

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço, quando pós-fixadas, e líquido das rendas a apropriar, em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixadas. Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº

2.682, de 21/12/99, do CMN, a qual requer a análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de "AA" (risco mínimo) a "H" (risco máximo).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas e aquelas que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação são

classificadas como nível "H" d) Provisão p/ Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa:

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante julgado suficiente à cobertura de eventuais perdas na realização dos mesmos, obedecidas as determinações legais estabelecidas pelas Resoluções nº 2.682/99 e 2.697/00 do CMN.

Face à característica do crédito concedido e à baixa inadimplência da carteira, a instituição optou por não

constituir provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682/99 e) Despesas Antecipadas: Referem-se às aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros,

consequentemente, é registrado no ativo e reconhecido no resultado observando o regime de competência f) Ativo Permanente:

Á contabilização no ativo permanente é feita pelo custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações calculadas pelo método linear. Os bens do ativo imobilizado foram depreciados baseados nas seguintes taxas anuais:

Equipamentos de Uso . . Sistema de Comunicação Sistema de Transporte . . Os gastos diferidos e o ativo intangível são amortizados à taxa de 20% ao ano. Em observância à Resolução do CMN nº. 3.617/08 o saldo registrado no diferido será mantido até sua efetiva

g) Redução do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros: 57 reconhecida uma perda caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Ao final de cada exercício, a instituição avalia esses ativos para verificar se há alguma indicação

uperando a ausência de capilaridade da estrutura de atendimento.

território paranaense, sendo que ao longo do ano de 2010 ocorreu a consolidação do processo de ampliação do programa, englobando todos os segmentos da economia e buscando atender, assim, às diretrizes estratégicas do Governo do Estado expressas na Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná - PDE. II) Financiamentos ao Setor Público

dezembro de 2010. O capital destacado para operações no referido Sistema chega a R\$ 873 milhões b) Programa para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras do Estado

Secretaria de Desenvolvimento Urbano e o Paranacidade, tendo aprovado até dezembro de 2010, 575 financiamentos a 218 municípios totalizando R\$ 148 milhões contratados e R\$ 141 milhões liberados.

- REPARTE, mediante financiamento de seus investimentos que têm como característica o alto índice de alavancagem dos recursos aplicados. $IV)\,Programa\,Bom\,Emprego\,Pequena\,Empresa\,-\,PROBEM$

Lançado em setembro de 2009, o programa destina crédito para projetos de micro e pequenas empresas do Estado optantes do SIMPLES NACIONAL e contribuintes do ICMS.

O atendimento a micro e pequenas empresas e ao pequeno produtor rural com recursos BNDES foi iniciado em 2005, com financiamentos do Programa Moderfrota mediante contrato de cooperação técnica,

4.0	2010	2003		2010	
Ativo			Passivo		
Circulante	680.773	513.548	Circulante	29.229	66.691
Disponibilidades	17	16	Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 03h e 07)	698	569
Títulos e Valores Mobiliários	528.359	381.995	Repasses do País - Instituições Oficiais	698	569
Carteira Própria (Nota 03b e 4a)	528.359	381.995	BNDES	13	
Operações de Crédito	152.000	131.185	FINAME	685	569
Operações de Crédito (Notas 03c, 05a, 05b e 05c)	153.419	132.225	Outras Obrigações	28.531	66.122
Setor Público Setor Privado	144.990 8.429	129.857 2.368	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	20.551	2
			IOF a Recolher	3	
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 03d, 05c e 05d) Outros Créditos	(1.419)	(1.040)			- 1
Adiantamento Diversos	361 231	301 162	Sociais e Estatutárias	3.277	58.482
Devedores Diversos - País	130	139	Dividendos e Bonificações a Pagar (Nota 09c)	2.943	58.165
Outros Valores e Bens	36	<u></u>	Participações no Lucro dos Empregados	334	317
Material em Estoque	25	40	Fiscais e Previdenciárias	20.842	5.725
Despesas Antecipadas (Nota 03e)	11	11	Impostos e Contribuições sobre o Lucro		
Realizável a Longo Prazo	581.925	587.976	a Pagar (Nota 03i)	20.018	5.051
Títulos e Valores Mobiliários	123.264	124.192	Impostos e Contribuições a Recolher	824	674
Carteira Própria (Nota 03b e 4a)	123.264	124.192	Diversas	4.409	1.913
Operações de Crédito	455.372	460.843	Dotação para Aumento de Capital	1.063	
Operações de Crédito (Notas 03c, 05a, 05b e 05c)	458,192	463.750	Despesas de Pessoal	493	479
Setor Público	449.314	456.203	Prov. p/Passivos Contingentes (Nota 03h e 08)	1.065	371
Setor Privado	8.878	7.547	Credores Diversos - País	1.788	1.063
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 03d, 05c e 05d)	(2.820)	(2.907)	Exigível a Longo Prazo	18.524	15.052
Outros Créditos	3.289	2.941			
Depósitos em Garantia	3.289	2.941	Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 03h e 07)	489	715
Permanente	591	700	Repasses do País - Instituições Oficiais	489	715
Investimentos (Nota 06a)	2	1	BNDES	223	-
Outros Investimentos	2	1	FINAME	266	715
Imobilizado de Uso (Nota 03f e 06b)	500	567	Outras Obrigações	18.035	14.337
Outras Imobilizações de Uso	1.310	1.328	Diversas	18.035	14.337
(-) Depreciações Acumuladas	(810)	(761)	Prov. p/ Passivos Contingentes (Nota 03h e 08)	14.493	11.122
Intangível (Nota 03f e 06c)	5		Credores Diversos - País	3.542	3.215
Ativos Intangíveis	5	_	Patrimônio Líquido (Nota 09)	1.215.536	1.020.481
(-) Amortizações Acumuladas			Capital		
Diferido (Nota 03f e 06d)	84	132	De Domiciliados no País	1.095.551	835.551
Gastos em Imóveis de Terceiros	36	36	Reservas de Capital	6	655.551
Gastos c/ Aquisição e Manutenção de Logiciais	221 (173)	221 (125)	Reservas de Lucros	119.979	184.924
(-) Amortizações Acumuladas Total do Ativo	1.263.289	1.102.224	Total do Passivo		
				1.263.289	1.102.224
As no	otas explicativas s	ão parte integ	rante das demonstrações financeiras		

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)

			Reservas	_			
			de Capital	Reser	vas de Lucros		
	Capital	Aumento	Ágio p/			Lucros	
Eventos	Realizado	de Capital	Subs. Ações	Legal	Estatutária	Acumulados	Total
A - Saldos em 01 de Janeiro de 2009	776.177		4	22.454	138.786		937.421
1. Ajustes de Exercícios Anteriores	_	_	_	-	_	(129)	(129)
2. Aumento de Capital							
- Subscrição de Ações no País	-	59.374	_	-	_	_	59.374
- Incorporação ao Capital Homologado BACEN	59.374	(59.374)	_	_	_	_	-
3. Outros Eventos							
- Ágio na Subscrição de Ações	_	-	2	-	_	_	2
4. Lucro Líquido do Exercício	_	-	_	-	_	81.979	81.979
5. Destinações							
- Reservas de Lucros	-	-	-	4.099	19.585	(23.684)	-
- Juros s/ Capital Próprio - JCP	_				_	(58.166)	(58.166)
B - Saldos em 31 de Dezembro de 2009	835.551	_	6	26.553	158.371	_	1.020.481
Mutações do Período (B - A)	59.374	_	2	4.099	19.585	_	83.060
A - Saldos em 01 de Janeiro de 2010	835.551	_	6	26.553	158.371	_	1.020.481
1 Aumento de Capital (Nota 09b)							
- Com Subscrição em Dinheiro	_	150.000	_	_	_	_	150.000
- Com Incorporação de Reservas	_	110.000	_	_	(110.000)	_	-
- Incorporação ao Capital Homologado BACEN	260.000	(260.000)	_	_		_	-
2 Lucro Líquido do Exercício	-	_	_	_	-	67.499	67.499
3 Destinações (Nota 09c)							
- Reservas de Lucros	-	_	_	3.375	41.680	(45.055)	-
- Juros s/ Capital Próprio - JCP	_	_	_	_	_	(22.444)	(22.444)
B - Saldos em 31 de Dezembro de 2010	1.095.551		6	29.928	90.051		1.215.536
Mutações do Período (B - A)	260.000			3.375	(68.320)		195.055
A - Saldos em 01 de Julho de 2010	995.551		6	28.273	69.616		1.093.446
1 Aumento de Capital (Nota 09b)							
- Com Subscrição em Dinheiro	_	100.000	_	_	_	_	100.000
- Incorporação ao Capital Homologado BACEN	100.000	(100.000)	_	_	_	_	_
2 Lucro Líquido do Semestre	_	_	_	_	_	33.094	33.094
3 Destinações (Nota 09c)							
- Reservas de Lucros	_	_	_	1.655	20.435	(22.090)	_
- Juros s/ Capital Próprio - JCP	_	_	_	055	20.433	(11.004)	(11.004)
B - Saldos em 31 de Dezembro de 2010	1.095.551		6	29.928	90.051		1.215.536
					30.031		

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Milhares de Reai	s)			
	20.	10	2009	Danamiaña
	2° Semestre	Exercício	Exercício	Descrição
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				Receitas
Lucro Líquido do Exercício	33.094	67.499	81.979	Intermedi
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	(129)	Provisão p
Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades				Reversão
Geradas pelas Atividades Operacionais	70		405	Outras
Depreciações e Amortizações	70	144	196	
Constituição (Reversão) de Provisão para Operações de Crédito Constituição (Reversão) de Provisão para Contingências	516 2.907	387 4.163	712 (365)	Despesas
Baixa de Bens do Imobilizado	2.907		(303)	Insumos A
Lucro Líquido Ajustado	36.593	72.199	82.393	Materiais,
Redução (Aumento) de Ativos Operacionais	30.333	72.199	02.393	Serviços d
Titulos e Valores Mobiliários	(13.063)	80.144	70.260	Outras
Operações de Crédito	(36.889)	(15.636)	(24.321)	
Baixa para Prejuízo - Provisão p/Operações de Crédito	(40)	(94)	(1.674)	Comunic
Outros Créditos	(254)	(408)	(530)	Publicaçã
Outros Valores e Bens	31	15	(13)	Serviços
Aumento (Redução) de Passivos Operacionais	5.		(.5)	Processa
Outras Obrigações	859	985	908	Pessoal -
IR e CSLL a Pagar	10.069	14.967	(882)	Outras
Impostos e Contribuições a Recolher	189	150	(144)	
Caixa Líquido (Absorvido) Proveniente das Atividades				Valor Adio
Operacionais	(2.505)	152.322	125.997	Depreciaç
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos				Valor Adio
Aplicações em Investimentos	(1)	(1)	-	Distribuiç
Aplicações no Imobilizado	(3)	(41)	(80)	Pessoal
Redução no Imobilizado de Uso	5	5	_	
Aplicações no Intangível	(5)	(5)		Remune
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(4)	(42)	(80)	Benefício
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	400.000	450.000		FGTS
Integralização de Capital	100.000	150.000	_	Outros Ei
Aumento (Redução) Líquido em Obrigações por Empréstimos e Repasses	175	(98)	(697)	Impostos
Aumento (Redução) em Adiantamento para Futuro Aumento	175	(98)	(697)	
de Capital		1.063	1.778	Federais
Pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio	(19.500)	(77.664)	1.770	Remuner
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamentos	80.675	73.301	1.081	Terceiros
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	78.166	225.581	126.998	Aluguéis
Modificações na Posição Financeira	70.100	223.301	120.550	Remuner
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício (Nota 02, 04b)	387.626	240.211	113.213	
Caixa e Equivalentes de Caixa ao Final do Exercício (Nota 02, 04b)		465.792	240.211	Juros Sob
Aumento Líguido de Caixa e Equivalentes de Caixa	78.166	225.581	126.998	Lucros Re
As notes auditantius als nouts intervents des d				I

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações fin

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR I – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)

2010

2009

Receitas	117.228		115.421	
Intermediação Financeira	120.363		114.490	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa -				
Reversão (Constituição)	(387)		(712)	
Outras	(2.748)		1.643	
Despesas da Intermediação Financeira	(61)		(115)	
Insumos Adquiridos de Terceiros	(12.209)		(11.628)	
Materiais, Energia e Outros	(104)		(73)	
Serviços de Terceiros	(8.314)		(7.845)	
Outras	(3.791)		(3.710)	
Comunicação	(86)		(74)	
Publicação	(79)		(92)	
Serviços do Sistema Financeiro	(161)		(135)	
Processamento de Dados	(984)		(1.275)	
Pessoal - Terceirizado	(2.084)		(1.698)	
Outras	(397)		(436)	
Valor Adicionado Bruto	104.958		103.678	
Depreciação e Amortização	(144)		(196)	
Valor Adicionado a Distribuir	104.814		103.482	
Distribuição do Valor Adicionado	104.814	100%	103.482	100%
Pessoal	6.075	5,80%	5.728	5,54%
Remuneração Direta	4.094		3.934	
Benefícios	819		667	
FGTS	268		258	
Outros Encargos Sociais	894		869	
Impostos, Taxas e Contribuições	31.218	29,78%	15.753	15,22%
Federais	31.218		15.753	
Remuneração de Capitais de				
Terceiros	22	0,02%	22	0,02%
Aluguéis	22		22	
Remuneração de Capitais Próprios	67.499	64,40%	81.979	79,22%
Juros Sobre o Capital Próprio	22.444		58.166	
Lucros Retidos	45.055		23.813	
As notas explicativas são parte integ	rante das demon	strações fina	nceiras	I

de perda no seu valor recuperável e, quando aplicável, um ajuste é reconhecido.

h) Atualização Monetária de Obrigações: As obrigações estão atualizadas até a data do balanço e seu reflexo reconhecido no resultado do exercício.



Agência de FOMENTO do Paraná S/A

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Av. Vicente Machado 445/4° andar – CEP: 80.420-010 - Curitiba - Pr









NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em Milhares de Reais)

Os valores aprovisionados mensalmente, estimados so	bre a base de cálculo i	nerentes a cada	imposto, são	Gastos em Imóveis de		
calculados considerando as seguintes alíquotas:				Terceiros	20%	36
– Imposto de Renda				Gastos c/ Aquisição e		
– Adicional de Imposto de Renda		(1) 10	,00%	Manutenção de Logiciais	20%	221
– Contribuição Social				Total		257
(1) calculado sobre a parcela do lucro que exceder a l	R\$ 20.000,00 mensais.			(*) - Taxa anual de depreciação e a	mortização.	
Nota 04 – Títulos e Valores Mobiliários				Nota 07 – Obrigações por Emp	réstimos e Re	passes
Em 31 de dezembro, a carteira própria de Títulos e Valor	res Mobiliários está com	nposta da seguin	ite forma:	Essas obrigações correspondem	aos saldos de r	ecursos or
a) Composição da Carteira Própria:				Econômico e Social – BNDES e da	Agência Espec	ial de Fina
Discriminação	Vencimento	Dez/2010	Dez/2009	mutuários finais, estão atualizada	is até a data do	balanço p
Títulos Públicos Federais		136.760	265.992	conforme segue:		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT A	12/2014	136.760	155.240	BNDES Automático – operado e	m parceria cor	n o Banco
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	03/2010 a 06/2010		_110.752	BRDE, é atualizado pela Taxa de	Juros de Longi	o Prazo –
Cotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivo	Sem vencimento		240.195	mensais e o vencimento final é en	n 15/09/16;	
Cotas de Fundos de Investimento - Exclusivo (1)		514.863		BNDES FINAME – Programa Mo	dernização da	Frota de
Operações Compromissadas - NTN-F	1 Dia	197.015	_	Colheitadeiras – MODERFROTA, o		
Títulos Públicos Federais - LFT e LTN	Sem vencimento	268.760	-	Juros de Longo Prazo – TJLP acresci	da de 1 % a.a, a	as amortiza
Títulos Públicos Federais -	07/2011 a			BNDES FINAME – Programa FINAI		
LTN e NTN-F	01/2012	49.088		incidência de juros de 1,5% ao an	o, as amortiza	ções são m
Total		651.623	506.187	Nota 08 – Provisões para Passiv	os Trabalhist	as. Cíveis

nto exclusivos, migrando

(1) A partir de abril de 2010, a instituição passou a operar com fundos de invest todos os valores aplicados para o respectivo fundo

i) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social:

O montante aplicado em títulos públicos federais soma R\$ 136.760 mil em dezembro de 2010, é composto por 99.900 LFT-A, as quais são resgatadas em parcelas mensais e consecutivas e custodiadas pelo Banco do Brasil. O saldo de LFT's no montante de R\$ 110.752 mil em 31/12/2009 era composto por 27.036 l FT's e oram resgatadas nos vencimentos: 5.700 LFT's em 17/03/2010, no montante de R\$ 23.751 mil e 21.336 LFT's em 07/06/2010, no montante de R\$ 90.593 mil.

A Instituição está sujeita ao Regime de Tributação pelo Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social por estimativa.

As provisões são constituídas mensalmente, de acordo com a legislação vigente para cada imposto

As cotas de fundos de investimento exclusivo somam R\$ 514.863 mil em dezembro de 2010, são constituídas por aplicações em operações compromissadas e Títulos do Tesouro Nacional, pré e pós-fixados composto por Letras do Tesouro Nacional – LTN e Letras Financeiras do Tesouro – LFT. Do total aplicado R\$ 465.775 mil possui liquidez diária podendo a Instituição efetuar resgates necessários, sendo que R\$ 49.088 mil possui compromisso de manter até o vencimento. Essas aplicações não possuem obrigações financeiras significativas, limitando-se às obrigações diárias de ajuste das posições, serviços de auditoria, taxas de serviços relativas à custódia dos ativos e execução de operações financeiras e demais despesas

Curto Prazo

b) Equivalentes de					
Para fins de Demons	tração de Fluxo de Caixa	o valor de Caix	a e Equivalentes o		
				Dez/2010	Dez/2009
Disponibilidades				17	16
	s de Fundo de Investime:	nto		465.775	240.195
Total Caixa e Equiv				465.792	240.211
Nota 05 – Operaçõ					
	ões de crédito está comp		te forma:		
a) Composição por	· Faixa de Vencimento	:			
				Dez/2010	Dez/2009
Parcelas Vincenda:	s			611.384	595.869
Até 180 dias				76.404	65.778
De 181 a 360 dias				76.788	66.341
Acima de 360 dias				458.192	463.750
Parcelas Vencidas				227	106
Até 60 dias				98	38
De 61 a 180 dias				33	33
Acima de 180 dias				96	35
Total da Carteira				611.611	595.975
b) Composição por	r Setor de Atividade Ed	conômica:			
				Dez/2010	Dez/2009
Setor Privado				17.307	9.915
Rural				560	795
Indústria				1.235	142
Comércio				2.485	187
Intermediação Fina	anceira			634	1.001
Outros Serviços				3.581	716
Pessoas Físicas				8.812	7.074
Setor Público				594.304	586.060
Administração Dire	eta Municipal			594.304	_586.060
Total da Carteira				611.611	595.975
c) Composição po	r Nível de Risco:				
				Dez/2010	Dez/2009
Classificação	Total das	%	Provisão	Valor da	Valor da
de Risco	Operações	Part.	%	Provisão	Provisão
ΔΔ	19 557	3 20	_	_	_

c, composição po	r rerver de rasco.			Dez/2010	Dez/2009			
Classificação	Total das	%	Provisão	Valor da	Valor da			
de Risco	Operações	Part.	%	Provisão	Provisão			
AA	19.557	3,20						
Α	453.221	74,10	0,5	2.266	2.224			
В	136.654	22,34	1,0	1.366	1.339			
C	1.272	0,21	3,0	38	47			
D	291	0,05	10,0	29	13			
E	62	0,01	30,0	19	3			
F	58	0,01	50,0	29	14			
G	12	_	70,0	8	4			
Н	484	0,08	100,0	484	303			
Total	611.611	100,00		4.239	3.947			
d) Movimentação d	da Provisão para Ope	rações de Créd	itos de Liquida	ção Duvidosa:				
-		-		Dez/2010	Dez/2009			
Saldo no Início do E	Exercício			3.946	4.909			
Provisão Constituío	da			1.955	2.766			
Reversão de Provisão	ão			(1.568)	(2.054)			
Efeito no Resulta	do			387	712			
Créditos Baixados p	oara Prejuízo			(94)	(1.674)			
Saldo no Fim do Ex	ercício			4.239	3.947			
e) Créditos Renego	ciados e Recuperado	s:						
Discriminação				Dez/2010	Dez/2009			
Renegociação				21	142			
Recuperação de Créditos Baixados Prejuízo 336 275								
As operações de crédito baixadas para prejuízo, controladas em contas de compensação, somam R\$ 4.860								
mail and damage laws do								

nil em dezembro de 2010 (R\$ 5.102 mil em dezembro de 2009)

Nota 06 - Ativo Permanente a) Investimentos

Em investimentos estão registrados os valores gastos para o registro da marca da AFPR, no montante de R\$ 2

b) Imobilizado de Uso:

Senhores Acionistas

			Dez/2010		Dez/2009
			Depreciação	Valor	Valor
	(*)	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	713	(280)	433	475
Sistema de Comunicação	10%	16	(12)	4	5
Processamento de Dados	20%	524	(502)	22	34
Sistema de Transporte	20%	57	(16)	41	53
Total		1.310	(810)	500	567
c) Intangível:					
			Dez/2010		Dez/2009
			Amortização	Valor	Valor
	(*)	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Ativos Intangíveis	20%	- 5		5	
Total		5		5	

d) Diferido:			Dez/2010		Dez/2009
	(*)	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Gastos em Imóveis de					
Terceiros	20%	36	(18)	18	26
Gastos c/ Aquisição e					
Manutenção de Logiciais	20%	221	(155)	66	106
Total		257	(173)	84	132
(*) - Taxa anual de depreciação e a	amortização.				

originários do Banco Nacional de Desenvolvimento iamento Industrial – FINAME com repasses aos co Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul -

- TJLP acrescida de 0,9 % a.a, as amortizações são

de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e n o Banco CNH Capital S.A., é atualizado pela Taxa de zações são semestrais e se estendem até 15/01/2012; erado diretamente pela AFPR junto ao BNDES, tem a

A AFPR é parte em acões judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, através da análise das demandas judiciais em andamento, constituiu provisão em montante julgado suficiente para cobrir as erdas estimadas com as ações em curso. a) Ações Trabalhistas:

A instituição é parte em ações trabalhistas, movidas principalmente por terceirizados bolsistas do CITPAR que, em sua maioria, correspondem ao pedido de FGTS, horas extras, INSS, equiparação salarial, intervalos e juros de mora do período "laborado", verbas, as quais, excluindo-se o primeiro e as horas extras a serem pagas sem o adicional, existem possibilidades de êxito nas demandas aforadas. A empresa é demandada, ainda, por ex-funcionários concursados, cujo pedido principal refere-se ao não pagamento da Participação nos Lucros e Resultados – PLR nos exercícios de 2005, 2006 e 2007. O Ministério Público do Trabalho, aforou Ação Civil Pública contra a Agência de FOMENTO, em decorrência da alteração do prestador de serviço, relativo ao plano de saúde oferecido aos funcionários, sendo que o Tribunal Regional do Trabalho da 9º Região condenou a empresa ao pagamento de R\$ 100 mil a título de danos morais coletivos. Da referida decisão foi interposto Recurso de Revista para o Superior Tribunal do Trabalho - TST. O valor da provisão atualizada até 31 de dezembro de 2010 soma R\$ 677 mil.

A instituição é parte em uma Ação de Cobrança movida pela Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento – ABDE que versa sobre notas fiscais pendentes de pagamento referentes aos exercícios de 2002 e 2003, a qual foi devidamente contestada pela AFPR contendo alegação que o serviço não foi prestado em sua integralidade, bem como ocorreu um desvirtuamento do convênio nº 01/2000, firmado entre as partes. Houve prolação de sentença em 16/11/2009, cuja publicação ocorreu no Diário de Justiça do dia 19/01/2010. A AFPR interpôs o pertinente Recurso de Apelação contra a decisão aduzindo, além da matéria de mérito, nulidade da sentença em razão do cerceamento de defesa, em razão de ter sido realizado julgamento antecipado da lide sem a produção de prova pericial, expressamente requerida, não tendo sido proferido despacho saneador nos autos deferindo ou não tal requerimento. O valor atualizado da ação soma R\$ 1.152 mil sendo integralmente provisionado, considerando a expectativa de perda provável pela área iurídica da instituição

pariolizada instruição é parte também em ações aforadas visando a reparação de supostos danos morais e materiais, por alegado registro indevido em órgãos de serviço de informações ao crédito e por alegações de descumprimento contratual. Durante o exercício de 2010 foram constituídas novas provisões no de R\$ 410 mil e revertido o montante de R\$ 201 mil. O saldo atualizado até o balanço é R\$ 545 mil, montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas.

Foi constituída provisão referente ação de cobrança de honorários advocatícios, aforada por Cavalcanti de Albuquerque Advogados Associados S/C, autos nº 1897/2009, em trâmite perante a 14ª Vara Cível desta Capital. O valor da provisão para esta ação atualizada até 31/12/2010 soma R\$ 450 mil. c) Ação Fiscal – Municipal:

Caracterista — instituição sofreu autuação da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de Curitiba, referente aos exercícios de 2001 a 2004. Os referidos autos visam à cobrança de ISS sobre a receita de prestação de serviços decorrentes da cobrança da Carteira de Créditos dos Ativos de titularidade do Estado do Paraná sob a gestão AFPR, bem como, cobrança pela não retenção na fonte do ISS incidente sobre recibos de prestação de serviço, principalmente aqueles decorrentes do Ato Conjunto firmado entre a AFPR/SEFA e PARANACIDADE/SEDU para operacionalização dos financiamentos concedidos ao Setor Público Municipal. A empresa apresentou impugnação dos referidos autos, tendo sido julgado em sua grande maioria improcedente. Em janeiro de 2008 a AFPR apresentou recurso contra a decisão o qual será apreciado pela Junta de Recursos Administrativos Tributários. No início de 2007 o município de Curitiba ajuizou execução fiscal da divida ativa – autos 72059/2007 em trâmite na 3º Vara da Fazenda Pública – falências e Concordatas de Curitiba, sendo que esta AFPR apresentou exceção de pré-executividade a qual foi julgada procedente. Em 10 de dezembro de 2010, a instituição sofreu nova autuação por parte da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de Curitiba, referente aos exercícios de 2005 a 2008, tais autos versam sobre o mesmo objeto de autuação dos anos anteriores e totalizou R\$ 5.171 mil. Em razão dos valores relativos aos exercícios de 2007 e 2008 estarem depositados em Juízo na Ação Declaratória de Imunidade Tributária, aforada pela Procuradoria Geral do Estado em favor do Serviço Social Autônomo Paranacidade (autos nº 321/2007 – 2º Vara da Fazenda Pública de Curitiba), a provisão constituída desta autuação é de R\$ 2.525 mil. A AFPR irá interpor a pertinente impugnação administrativa aos autos de infração lavrados. O montante provisionado para cobrir eventuais perdas em ações fiscais municipais, atualizado até o balanço, soma R\$ 12.734 mil.

d) Movimentação das Provisões Constituídas:							
		Em 31	de dezembi	o - R\$ mil			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total			
Saldo no Início do Exercício	604	1.598	9.291	11.493			
Movimentação com Efeito no Resultado	170	550	3.443	4.163			
Atualização/Encargos	67	341	918	1.326			
Constituição	127	410	2.525	3.062			
Baixa por Reversão	(24)	(201)	_	(225)			
Baixas por Pagamento	(97)	(1)	_	(98)			
Saldo no Final do Exercício	677	2.147	12.734	15.558			
Nota 09 – Patrimônio Líquido							
a) Capital Social:							
O Capital Social subscrito e integralizado em 31/12/10 é de R\$ 1.095.551 mil, representado por 1.095.551							

ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.
Por deliberação da Assembléia Geral dos Acionistas, independentemente de reforma estatutária, o Capital

Social poderá ser aumentado até o valor de R\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de reais), dividido e limitado a 1.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal

A Administração da AFPR, atrayés da 41ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 07/04/2010. aprovou o aumento do Capital Social, mediante a capitalização da reserva estatutária no montante de R\$ 110.000 mil, sendo R\$ 109.978 mil pelo acionista majoritário - Estado do Paraná e R\$ 22 mil pelo acionista minoritário - Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR, o qual foi homologado pelo BACEN em

OS/OS/2010 através do oficio DEORF/GTCUR-2010/03205.

Aprovou, também, na 42ª e na 45ª Assembléias Gerais Extraordinárias, realizadas em 07/05/2010 e 16/12/2010, respectivamente, os aumentos de capital de R\$ 50 e R\$ 100 milhões, ambos pelo acionista majoritário o Estado do Paraná em consonância com a Lei nº 13.227, de 18.07.2001 da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e Decreto nº 4.465, de 19.07.2001 do Governador do Estado do Paraná, com a finalidade de dar continuidade à execução de programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento urbano, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU através de operações de crédito a serem realizadas, exclusivamente com as entidades da administração municipal paranaense. Estes aumentos de capital foram homologados pelo BACEN por meio dos ofícios DEORF/GTCUR-2010/03599, de 13/05/2010 e DEORF/GTCUR-2010/10239, de

20/12/2010 c) Juros sobre o Capital Próprio e Destinação do Lucro Líquido do Exercício:

Em 07/04/2010, na 41º Assembléa Geral Extraordinária, o artigo 43 do Estatuto Social foi alterado, fixando o dividendo mínimo obrigatório destinado aos acionistas em trinta e cinco por cento (35%) do lucro líquido ajustado de acordo com o disposto no artigo 202 e seus parágrafos da Lei 6.404/76, os quais poderão ser pagos na forma de juros sobre o capital próprio.

Em cumprimento ao estabelecido no Estatuto Social da instituição, foi provisionado no exercício de 2010 o montante de R\$ 22.444 mil, a título de juros sobre o capital próprio que será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, correspondente ao lucro líquido apurado em cada semestre ajustado após dedução da reserva legal, sendo o valor de R\$ 11.440 mil provisionado em 30/06/2010 e R\$ 11.004 mil em 31/12/2010.

Os referidos juros, foram registrados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal, no entanto, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, adequação aos princípios contábeis e atendimento à Circular nº 2.739/97 do Banco Central do Brasil, os juros constam como destinação de resultado, diretamente na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, na rubrica Lucros Acumulados em contrapartida registrada na rubrica "Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias", no passivo

Por deliberação da 66ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 13/12/2010, lavrada em Ata, "ad-referendum" da Assembléia Geral, foi aprovada a antecipação de pagame Capital Próprio do Exercício de 2010 do acionista Estado do Paraná, no montante de R\$ 19,5 milhões. Em conformidade ao estabelecido no artigo 43 do Estatuto Social da Agência, o resultado apurado no

exercício foi destinado da seguinte forma:

	DE2/2010	De2/2009
Descrição		
ucro Líquido do Exercício	67.499	81.979
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores		(129)
Reserva Legal (5% do LL)	3.375	4.099
ucro Líquido Ajustado	64.124	77.751
Juros sobre o Capital - Propostos	22.444	58.166
Constituição Reserva Estatutária - Aumento de Capital	41.680	19.585
Nota 10– Acordo de Basiléia		

Os limites operacionais da Agência de FOMENTO do Paraná S/A, foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, através das Resoluções 3.444/07 e 3.490/07, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) respectivamente.

Com base na Resolução 3.834/10, Art.1°, as disponibilidades de caixa da AFPR, a partir de abril de 2010, começaram a ser aplicados em fundos exclusivos, compostos por títulos públicos federais. Desta forma o Fator de Ponderação de Risco, a ser usado no cálculo do PEPR, nas exposições dos Fundos Exclusivos, passou a ser 0% (zero por cento), melhorando consideravelmente o índice apurado neste exercício xo segue quadro demonstrativo dos limites, conforme regulamentação em vigor

PR – Patrimônio de Referência	Dez/2010 209.427	Dez/2009 124.324
Nível I	1.215.452	1.020.349
Patrimônio Líquido	1.215.536	1.020.481
Ativo Permanente Diferido	(84)	(132)
Nível II	_	_
Deduções do Patrimônio de Referência	1.006.025	896.025
Destaque para Operações com o Setor Público ¹	1.006.025	896.025
PRE – Patrimônio de Referência Exigido	15.949	33.827
Parcela de Risco de Crédito (Pepr)	2.263	27.837
Parcela de Risco Operacional (Popr)	13.686	5.990
Parcela de Risco de Mercado ² (Pjur, Pcom, Pcam, Pacs)	_	_
Rban ³ – Risco da Carteira Banking	36	1.280
Margem = PR - (PRE + Rban)	193.442	89.217
Índice de Basiléia (PR X 100) / (PRE / 0,11)	144,44	40,43
1 Conforme art 3º da Res 2827/01 o destaque de PR não integra	o PR para cálcul	lo dos limites

2. As operações da AFPR não estão classificadas na carteira de negociação e portanto não se sujeitam ao

cálculo das parcelas PJUR, PCOM, PCAM e PACS. 3. Exigência de capital para exposições sujeitas ao risco de taxa de juros das operações não classificadas na

carteira de negociação (Carteira Banking).

Nota 11 – Cobertura de Seguros A AFPR mantém seguro para cobertura do seu imobilizado de uso no montante de R\$ 855 mil, com apólice vigente até 11/10/2011, para os veículos de uso pertencentes à AFPR o valor da cobertura é de 100% sobre a

Tabela de Precos Médios de carros da FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, com apólices vigentes até 28/08/2011. Para os veículos cedidos pelo Estado para uso da Instituição, também foram contratados seguros, com apólices vigentes até 04/04/11, sendo o órgão cedente o beneficiário destes Nota 12 – Gerenciamento de Riscos

Risco Operacional

instituição dispõe de política e estrutura implementada para a gestão de riscos operacionais, conforme disciplinado pela Resolução 3.380/06 do CMN/BACEN. Sua avaliação ocorre de forma frequente, sendo envidados esforços contínuos no sentido de minimizá-los. A alocação mensal de capital para fazer face aos riscos operacionais, no cômputo do Patrimônio de Referência Exigido - PRE, se dá por meio da parcela de risco operacional (POPR), apurada utilizando-se a **metodologia de Indicador Básico**. E ainda, no âmbito de registro de perdas associadas a risco operacional, há contínuo monitoramento sobre perdas resultantes de eventos adversos, que são identificadas junto às áreas gestoras das atividades da instituição, e seu nistórico é registrado e compilado em relatório gerencial

Risco de Mercado

A instituição tem estabelecidas as diretrizes compatíveis com a exposição a risco de mercado e liquidez das suas operações, garantindo e disciplinando as responsabilidades por meio de normas internas, conforme determinação da Resolução 3.464/07, CMN/BACEN. A estrutura de gerenciamento de riscos envolve desde a alta administração até as gerências das áreas e contempla as atribuições, bem como as ações e estratégias destinadas a manter a exposição aos riscos de mercado em níveis aceitáveis pela instituição. As normas internas contemplam as diretrizes e procedimentos relativos à aplicação de recursos aos limites e ao monitoramento de exposição aos riscos

De acordo com a Resolução 3.464/07, do CMN/BACEN, a carteira da AFPR está caracterizada como de não negociação, sendo o controle dos riscos de mercado realizados conforme tratamento estipulado pela Circular 3.365/07, do BACEN, que dispõe sobre a mensuração de risco de taxas de juros de operações classificadas na carteira de não negociação (carteira banking - Rban) e mantém capital suficiente para sua cobertura. É realizado trimestralmente teste de estresse, onde é estimado o percentual de variação do valor de mercado da carteira banking em relação ao Patrimônio de Referência, com utilização de choque compatível com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas taxas de juros, considerando o período de observação de 5 anos. Além disso, é estimada também a quantidade de pontosbase de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado da carteira de não negociação correspondentes a 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência.

Conforme determinado pela Resolução 3.721/09, do CMN/BACEN, foi aprovada em 28/06/2010 pelo Conselho de Administração, a Norma Corporativa PRESI NC-03, que define a Política de Gerenciamento do $Risco \ de \ Cr\'edito \ da \ AFPR. \ A \ referida \ norma \ estabelece \ as \ diretrizes, \ estrutura \ funcional, \ responsabilidades \ e$ procedimentos que constituem o processo de gerenciamento do Risco de crédito da instituição de forma $compatível \ com\ a\ natureza\ das\ operações,\ complexidade\ de\ produtos\ e\ serviços\ oferecidos\ e\ de\ acordo\ com$ os níveis de exposição a risco de crédito.

A Instituição adota modelo de gerenciamento de riscos de crédito que acompanha as disposições contidas na Resolução 3.721/09 do BACEN e visa assegurar que:
- o risco global da carteira de empréstimos seja monitorado, controlado e acompanhado através dos cálculos

da taxa de inadimplência, dos índices de provisão e de concentração por porte, grupo econômico, setor de atividade, rating e localização geográfica

ou direcionar recursos para os projetos que apresentem a melhor relação entre aderência, rentabilidade e

menor risco, com o objetivo de aperfeiçoar a carteira. As decisões tomadas com base no modelo de gerenciamento de riscos estabelecido na AFPR, visam o

equilíbrio com as diretrizes definidas no planeiamento estratégico da instituição. Maiores informações sobre a estrutura e política de gerenciamento de riscos encontram-se disponibilizadas

em nosso sítio através do endereco eletrônico http://www.afpr.pr.gov.br.

DIRETORIA EXECUTIVA Murilo de Oliveira Schmitt

Diretor Presidente
Diretores:

Cristina Angélica B. Stephanes, Danilo Empinotti, Ernesto Emir Kugler Batista, Fernando Augusto Mazon, Leonardo Vinicius T. de Andrade Contadora

Luciane Tessaro Perissatto CRC PR-044315/O-8

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Heron Arzua, Carlos Augusto C. Albuguerque, Ardisson Naim Akel, Murilo de Oliveira Schmitt, Hélio ue. Eliel de Freitas, Wilson Bley Lipski, Sergio Luiz Trentin Marchauek, Virgilio Moreira Filho

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Agência de FOMENTO do Paraná S/A**, tendo examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, baseando-se nos documentos examinados e no Parecer do Auditor Externo, emitido sem ressalva expressando a opinião de que as referidas Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de FOMENTO do Paraná S/A são de opinião de que as referidas Demonstrações Financeiras encontram-se em plenas condições de seren submetidas, apreciadas e aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária

Curitiba, 10 de março de 2011

Cesar Ribeiro Ferreira

Marcos Antônio Jagher Conselheiro

> Moacir José Soares Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Agência de FOMENTO do Paraná S.A

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Agência de FOMENTO do Paraná S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro

Responsabilidade dos Auditores Independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em

nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados

nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de FOMENTO do Paraná S.A., em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo

Parágrafo de Outros Assuntos

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 08 de fevereiro de 2010, que não conteve nenhuma ressalva e/ou modificação.

Curitiba, 08 de fevereiro de 2011

Marcello Palamartchuk

CRC 1PR-049.038/O-9 BDO Auditores Independentes CRC 2SP-013.439/O-5 "S" PR

Gilberto de Souza Schlichta CRC 1PR-035.508/O-5 BDO Auditores Independentes CRC 2SP-013.439/O-5 "S" PR